

**HABEAS CORPUS Nº 515.552 - SP (2019/0168507-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
ELIZANGELA OLIVEIRA DOS SANTOS - SP348284  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : WALKER BENICIO DE ARAUJO

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de WALKER BENÍCIO DE ARAUJO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0000807-25.2018.8.26.0540).

Infere-se dos autos que o paciente foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 155, § 4º, I, c/c o art. 14, II, do Código Penal (furto qualificado tentado), à pena de 10 meses de reclusão, em regime aberto, bem como ao pagamento de 4 dias-multa.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, o qual deu parcial provimento ao recurso, para fixar a pena em 9 meses e 10 dias de reclusão e pagamento de 3 dias-multa, conforme acórdão de fls. 66/70.

No presente *mandamus*, a defesa sustenta a atipicidade da conduta, sob o argumento de que incidente o princípio da insignificância. Aduz que o valor da *res furtiva* não corresponde a 10% do salário mínimo vigente à data dos fatos.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a absolvição do paciente.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de

plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator